



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



**PARECER**

**Projeto de Lei nº 32, de 2025**

Denomina de Campo Society “Leandro Eduardo dos Reis” o Campo Society localizado na Rua Hilário Ferreira de Souza, com a Rua Santa Ana no Município de Indianópolis-MG e dá outras providências.

**1 - Do Relatório:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Indianópolis/MG, apresenta o presente parecer sobre a legalidade do projeto de Lei nº 32/2025, que denomina de Campo Society “Leandro Eduardo dos Reis” o Campo Society localizado na Rua Hilário Ferreira de Souza, com a Rua Santa Ana no Município de Indianópolis-MG, e dá outras providências.

A proposta tem a finalidade prestar justa e comovida homenagem ao jovem, esportista apaixonado, cuja trajetória deixou profundas marcas de afeto. Representa reconhecimento público a sua memória, eternizando seu nome em espaço de convivência e prática esportiva.

Diante da relevância do tema, cabe a esta Comissão emitir parecer quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.

**2 – Da análise jurídica:**

No que tange a competência legislativa, o art. 30, inciso I, da Constituição Federal, dispõe que:

Art. 30. Compete aos Municípios:



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Combinado com a Constituição Federal, temos o art. 14, inciso II e o art. 38, inciso XV, da Lei Orgânica Municipal, que estabelece como iniciativa da Câmara Municipal, legislar sobre a matéria em apreço. Conforme vejamos:

**Art. 14.** Compete privativamente ao Município:

II - legislar sobre assuntos de interesse local;

**Art. 38.** Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre todas as matérias de competência do Município e, especialmente, no que se refere ao seguinte:

(...)

XV - autorizar a alteração da denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

À medida que se pretende instituir se insere, adequadamente, na definição de interesse local, uma vez que diz respeito especificamente ao âmbito do Município de Indianópolis, bem como a iniciativa para processo legislativo também está adequada visto que a proposta dá denominação a espaço público.

Quanto aos aspectos formais, a propositura se encontra redigida de maneira razoável e adequada à boa técnica legislativa, conforme o Manual de Redação Oficial da Presidência da República e à Lei Complementar nº 95/1998.

**3 – Da CONCLUSÃO/Decisão da Comissão:**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei nº 32/2025, uma vez que atende aos requisitos constitucionais, legais e regimentais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**



É o parecer, SMJ.

Indianópolis/MG, 07 de julho de 2025.



Welbemar Alves Xavier

Relator



Rafael de Almeida Jacó

Presidente



Janizio Moacir Vaz de Resende

Vice-presidente